

sobre tudo

CAMINHOS QUE SE ABREM, ESTRADAS QUE SE CRUZAM: ENSAIO SOBRE OS PERCUSOS METODOLÓGICOS NA PESQUISA

Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana⁷⁷

Resumo: Este ensaio apresenta uma reflexão acerca das premissas epistemológicas que compõem o campo das Ciências Humanas e Sociais e suas contribuições para a construção dos saberes por meio da iniciação científica entre estudantes do nono ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Palavras-chave: Pesquisa; Metodologia; Iniciação Científica; Ciências Humanas e Sociais; Epistemologia

Resumen: Este ensayo presenta una reflexión sobre las premisas epistemológicas que componen el campo das Ciencias Humanas y Sociales y sus contribuciones para la construcción de los conocimientos por medio de la iniciación científica del noveno año de la enseñanza

⁷⁷ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora de Sociologia do Colégio de Aplicação da UFSC. Contato: thereza.viana@ufsc.br

fundamental del Colegio de Aplicación de la Universidad Federal de Santa Catarina.

Palabras-clave: Pesquisa; Metodología; Iniciación Científica; Ciencias Humanas y Sociales; Epistemología

A palavra caminho tem sua raiz etimológica no latim vulgar *camminus* de origem céltica e em sua definição encontra-se: “faixa de terreno destinada ao trânsito de um para outro ponto” ou “espaço percorrido ou por percorrer, andando” (FERREIRA, 2004, p.311). Esse conceito, que remete ao verbo caminhar, é utilizado também, no contexto da língua portuguesa, para designar possibilidades de descobertas, desbravamento do desconhecido, o ato de “abrir caminhos” para o novo, o incerto, o porvir. Fazendo uma analogia entre a ação de desbravar caminhos e o desafio intelectual da pesquisa acadêmica, pode-se dizer que para desbravar os caminhos de uma pesquisa faz-se necessário debruçar-se sobre seu campo de conhecimento, sobre seus conceitos teóricos, assim como, sobre o fazer ciência, ou seja, sobre as premissas epistemológicas nas quais o trabalho científico será ancorado.

A fim de legitimar os novos pontos de vista e de reestruturar os quadros teóricos, a reflexão epistemológica se impõe, reflexão dos próprios pesquisadores sobre os instrumentos de conhecimento dos quais suas ciências dispõem, reflexão com vistas a superar as crises revendo a pertinência dos conceitos, das teorias e dos métodos diante das problemáticas que são objetos de suas investigações (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1982, p.42).

Nesse sentido, a descoberta do “caminho” no qual se descortinará a pesquisa acadêmica, diz respeito à definição do

arcabouço teórico que servirá de lente através da qual a realidade será analisada, bem como refere-se à reflexão epistemológica do saber científico, a partir do questionamento da realidade empírica e da tentativa de pensá-la e repensá-la à luz das teorias vigentes.

Em um segundo momento, no qual o(a) pesquisador(a) busca conhecer o campo de pesquisa com o intuito de solidificar esse conhecimento, pode-se dizer que ele(a) está formando “estradas do saber”. De acordo com a definição no dicionário, a palavra estrada refere-se ao “caminho relativamente largo, destinado ao trânsito de pessoas, animais e veículos” (FERREIRA, 2004, p.833). Neste caso, pode-se inferir que a mudança da ideia de “caminho”, para a de “estrada” está na consolidação deste espaço como um local específico para a circulação, que possui uma infraestrutura na qual permita o traslado de objetos ou coisas maiores. Nas cidades, por exemplo, só se construirá uma estrada para ligar um local ao outro depois de reconhecida a necessidade deste espaço de deslocamento, que justifique o investimento neste tipo de infraestrutura. Voltando, então, à analogia com a pesquisa científica, é possível concluir que a construção das “estradas do saber” dar-se-á a partir da consolidação de determinado ramo do conhecimento e da necessidade deste para a compreensão das realidades estudadas.

Por fim, posteriormente à construção das estradas, pode-se traçar os possíveis e/ou melhores percursos para deslocar-se de um ponto ao outro. No campo científico, a definição de qual ou quais percursos o(a) pesquisador(a) deve traçar diz respeito às trajetórias metodológicas que serão adotadas durante o trabalho acadêmico. Essa definição conduzirá o(a) investigador(a) à seara do conhecimento acerca da realidade escolhida e, é a partir desta compreensão, que serão definidas as técnicas de pesquisa que melhor se aplicam a um determinado estudo.

Estas fases são necessárias ao desenvolvimento de um saber que pretende ser caracterizado como científico e, por esta razão, almeja diferenciar-se do senso comum por meio de explicações racionais da realidade, da busca de regularidades do fenômeno e do ordenamento e sistematização do conhecimento produzido. São estas três etapas descritas e, indispensáveis ao trabalho acadêmico, que são trabalhadas com estudantes do nono ano do ensino fundamental no projeto Pés na Estrada do Conhecimento do Colégio de Aplicação/CA da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC.

Como professora de Sociologia da educação básica, venho desenvolvendo o trabalho de iniciação científica com estes estudantes, orientando-os no campo das Ciências Humanas e Sociais. Neste campo, as possibilidades de abordagem do mundo social são inúmeras. Desde os pensadores clássicos até às teorias contemporâneas as diversas perspectivas de análise e compreensão da realidade representaram a riqueza e a diversidade deste campo do conhecimento. Segundo Giddens (2005; 1999), a teoria social não pode ser enquadrada em uma disciplina específica, uma vez que a vida social e seus produtos perpassam todos os campos do conhecimento, cujo objeto está centrado na atividade humana. Todavia, no que diz respeito às teorias sociológicas, para o autor, elas podem ser divididas em três grandes perspectivas: o funcionalismo/positivismo, as teorias do conflito/crítica e a hermenêutica/fenomenologia, incluindo também o interacionismo simbólico. Essas três vertentes foram influenciadas, respectivamente, pelos autores clássicos Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber e se diferenciam, entre outros aspectos, pela forma de conceber a realidade social. No funcionalismo/positivismo, “a sociedade é um sistema complexo cujas diversas partes trabalham conjuntamente para produzir estabilidade e solidariedade” (GIDDENS, 2005, p.34). A perspectiva do conflito entende a sociedade a partir de suas estruturas e dos conflitos inerentes às relações de poder que nelas se estabelecem. Já os

interacionistas, enfatizam a ação e as interações desenvolvidas entre os sujeitos ao formarem as estruturas sociais (GIDDENS, 1999).

Quero destacar neste ensaio a proposta teórico-epistemológica desenvolvida por dois autores contemporâneos, a saber, Norbert Elias e Pierre Bourdieu, que buscam incorporar aspectos destas três vertentes e ao mesmo tempo superar seus obstáculos. Ambos propõem uma análise processual, no que se refere à interpretação e compreensão das interligações existentes entre os indivíduos em uma dada realidade social, sem prescindir do conhecimento destes a respeito desta realidade. Tais teorias abordam as interações sociais como processos construídos pelos agentes sociais em suas vivências cotidianas, mas que ao mesmo tempo são socialmente estruturadas.

A sociologia processual de Norbert Elias (1994a) oferece um suporte explicativo para as análises sociológicas na medida em que ela demonstra como as trajetórias individuais não são motivadas apenas por decisões singulares de cada agente social isoladamente, mas são também parte integrante de uma estrutura social mais ampla, que pode ser estudada a partir das configurações sociais. Segundo o autor, as mudanças nestas configurações indicam as transformações ocorridas nas próprias estruturas sociais. Por isso, ao analisar a forma como os agentes interagem dentro das configurações das quais fazem parte, pode-se compreender como as estruturas sociais são formadas e quando e por que há alguma mudança nelas. Assim sendo, a realidade da vida cotidiana e as interações sociais decorrentes dela constituem os principais objetos deste tipo de abordagem. Para compreendê-la é necessário aceitá-la enquanto realidade interpretada pelos agentes, que subjetivamente dotam de sentido cada esfera deste mundo.

Entretanto, segundo Berger e Luckmann (2005), não se pode ignorar o caráter filosófico da “realidade cotidiana”, pois é sobre este pilar que a ideia conceitual de cotidiano e de realidade social construída está alicerçada, ou seja, este “é um mundo que se origina no

pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles” (BERGER e LUCKMANN, 2005, p.36), mas que é pensado e concebido enquanto tal, na racionalização filosófica. Para estes autores, a antiga disputa em relação à objetividade ou subjetividade da realidade social, duas visões aparentemente antagônicas, pode ser superada a partir da compreensão da dupla característica desta realidade, que se baseia tanto em sua facticidade objetiva, como em seu significado subjetivo, atribuído pelos agentes sociais em suas interações cotidianas. Neste caso, a forma, por excelência, de interação social ocorre no encontro face a face. Todas as outras são derivações desta. É nesta forma de interação que há, de maneira mais completa, o intercâmbio das subjetividades inerentes às ações e, embora essas subjetividades possam ser interpretadas de maneira equivocada, “[...] nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da subjetividade presentes na situação face a face” (BERGER & LUCKMANN, 2005, p.47).

Mesmo considerando a supremacia das interações presenciais entre os agentes, Berger & Luckmann apontam que todos os tipos de interações sociais – tanto as face a face, como as não presenciais – produzem “tipificações” a respeito dos indivíduos com os quais se estabelecem os relacionamentos. “A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana” (BERGER & LUCKMANN, 2005, p.52).

Esta estrutura social forma o que chamamos de sociedade, que embora possa ser considerada como uma realidade objetiva, não adquire uma característica ontológica à parte dos indivíduos que a constituíram. Sua objetividade está representada pela estrutura e pela ordem social que são, por sua vez, produto humano e não biologicamente determinado. O indivíduo é socialmente determinado, uma vez que ele constrói sua própria natureza e que produz a si mesmo,

isto é, se produz a partir das interações sociais, nas quais “os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas” (BERGER & LUCKMANN, 2005, p.75). Para compreender como se dá a relação entre a objetividade do mundo social e a construção desta objetividade pelos agentes, Berger e Luckmann (2005) apoiam-se no conceito de dialética, reelaborado por Marx a partir de Hegel, no qual o produtor e o produto atuam reciprocamente um sobre o outro. A atuação do mundo social sobre os agentes se dá no processo de socialização, no qual as regras e o conhecimento social são interiorizados por eles.

Este é o conhecimento aprendido no curso da socialização e que serve de mediação na interiorização pela consciência individual das estruturas objetivadas do mundo social. [...] Desta maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente esta realidade (BERGER & LUCKMANN, 2005, p.94).

Esta lógica de concepção da realidade social, apresentada por Berger e Luckmann, aproxima-se, tanto da construção teórica do conceito de configuração desenvolvido por Norbert Elias, já explicitado anteriormente, como do conceito de *habitus* desenvolvido por Pierre Bourdieu.

Segundo Bourdieu (2006) o *habitus* possui uma “estrutura estruturada” que orienta a ação e, ao mesmo tempo, uma “estrutura estruturante” capaz de atuar como disposições duradouras no agir e pensar dos agentes sociais. Ao resgatar “a velha ideia escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado” (ORTIZ, 1983, p.14), Bourdieu busca retomar o debate clássico entre objetivismo e subjetivismo, propondo uma mediação entre o agente e

a estrutura social. Para o autor, a estrutura social reificada pelo objetivismo é antagônica a uma teoria da ação social, pois ela faz com que as ações sejam meramente a execução das normas presentes nas estruturas. Sua crítica recai sobre a consideração de que os sistemas de representações são somente “estruturas estruturadas”, ignorando o caráter de “estrutura estruturante” também contido nas ações. Ao criticar o objetivismo, Bourdieu se depara, imediatamente, com o subjetivismo fenomenológico, que considera o mundo objetivo “enquanto resultado de ações dirigidas para o “outro” e que adquirem significado na medida em que o “outro” compartilha comigo o mesmo mundo social no qual tais ações se desenrolam” (ORTIZ, 1983, p.12). Mesmo aproximando-se desta vertente, Bourdieu também critica a abordagem fenomenológica na medida em que ela considera apenas as “estruturas estruturantes” da realidade social, ignorando as posições dos agentes dentro de um determinado “campo”, que lhe confere algum tipo de poder. Para o autor, é no “campo” que as posições dos agentes estão demarcadas.

O conceito de “campo” desenvolvido por Bourdieu assemelha-se ao conceito de “configuração” de Elias. A diferença entre eles é que o “campo” é um recorte mais delimitado, muitas vezes ligado a alguma instituição social, como é o caso dos campos: acadêmico, artístico ou político. Já a “configuração” trata de grupos mais abertos e menos estruturados institucionalmente, como é o caso, por exemplo, de um grupo de pessoas que compartilham um mesmo bairro ou que frequentam uma mesma associação etc. A partir destes conceitos, tanto Bourdieu como Elias introduzem nas relações de interação social a questão do poder.

É importante compreender que ao criticar as correntes objetivistas e subjetivistas, Bourdieu não pretende romper com elas, mas ao contrário, ele busca incorporar aspectos de cada uma delas com o intuito de superá-las. Na tentativa de compreender e explicar a

estrutura subjacente do mundo social, Bourdieu apoia-se em Saussure e Lévi-Strauss ao afirmar que as “estruturas estruturadas” são independentes da consciência e da vontade dos agentes sociais (THIRYCHERQUES, 2006). Entretanto, elas são também produtos do pensamento e da ação destes agentes, uma vez que atuam como “estruturas estruturantes”. Desta forma, Bourdieu quer enfatizar o caráter duplamente determinado existente entre ambas as estruturas. “Os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 2006, p.9).

No capítulo 1 do livro “O poder simbólico”, o autor trata desta questão com o intuito de demonstrar como as produções simbólicas são utilizadas, pelas classes dominantes, como instrumentos de dominação das classes dominadas, por meio da violência simbólica.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2006, p.11).

Bourdieu está preocupado em desenvolver uma análise acerca da relação de poder entre as classes sociais. A contribuição dessa análise está centrada na compreensão de como a realidade social é constituída e construída pelos agentes sociais enquanto uma “estrutura estruturada”, mas que atua também como “estrutura estruturante” dos processos sociais. Isto se dá, entre outros motivos, porque esta

estrutura social está tão enraizada nas relações sociais que passa a ser concebida pelos agentes como oriunda de uma ordem natural.

[...] é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais (BOURDIEU, 2006, p.14).

Neste ponto, Bourdieu chama a atenção para o fato de que a ordem social é, primeiramente, uma ordem arbitrária que, uma vez constituída, aceita e reproduzida pela maioria dos agentes sociais, passa a ser considerada como algo natural. Quando o autor reafirma a célebre frase de Pascal “a lei é a lei, e nada mais”, ele busca esclarecer que todas as leis, regras ou fatos sociais possuem uma gênese histórica que, com o passar do tempo, é esquecida pelo costume.

No princípio da lei, não existe outra coisa senão o arbitrário (no duplo sentido), “a verdade da usurpação”, a violência sem justificativa. A amnésia da gênese, que nasce do fato de se estar acostumado ao costume, dissimula o que está enunciado pela brutal tautologia: “a lei é a lei, e nada mais” (BOURDIEU, 2001, p.114).

Esta arbitrariedade representada pela lei ou *nomos*, como é chamada pelo autor, perpassa também o campo científico que ao definir suas regras, torna-as inteligíveis apenas àqueles que compartilham deste campo. Por isso, segundo Bourdieu (2006), a primeira regra para o desenvolvimento da pesquisa social consiste na necessidade de pensar relacionalmente e não de maneira realista ou

substancialista. Em outras palavras, ao pesquisador social cabe a tarefa de compreender a realidade social como algo construído pelos agentes, mas atentando para o fato de que esta construção se dá a partir das posições sociais ocupadas por eles dentro das estruturas sociais. Nesse sentido, o marco epistemológico no qual Bourdieu se apoia parte da compreensão de que “as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por intenções ou “motivações” porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas” (BOURDIEU, 1999, p.28).

É importante esclarecer que a concepção de estrutura de Bourdieu é dinâmica, pois se constitui em um conjunto de relações que é ao mesmo tempo produto e produtor de ações, condicionado e condicionante. “Deriva da dupla imbricação entre as “estruturas mentais” dos agentes sociais e as estruturas objetivas (o “mundo dos objetos”) constituídas pelos mesmos agentes” (THIRYCHERQUES, 2006, p.31).

Seguindo esta mesma prerrogativa quanto à realidade social, Bauer e Aarts (2007) colocam que o mundo como o conhecemos e o experienciamos é uma realidade representada e não o mundo em si mesmo. Esta realidade representada é constituída através de processos de comunicação e, nesse sentido, a pesquisa social utiliza-se de dados sociais – dados sobre o mundo social – que são os resultados, e são constituídos nos processos de interação e comunicação.

Foram essas premissas epistemológicas acerca da realidade que deram suporte aos pressupostos metodológicos da abordagem qualitativa, aplicada à investigação social. Esta abordagem baseia-se na busca da compreensão do mundo social a partir dos sentidos impressos pelos próprios agentes sociais, uma vez que este mundo não é um dado natural, mas sim um mundo construído por eles em suas relações cotidianas. Para isso, cabe ao investigador mapear e compreender este

mundo à luz dessas construções, pois assume-se que elas “[...] constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. [Este] é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos conceituais e abstratos [...]” (GASKELL, 2007, p.65).

As maneiras como as pessoas se relacionam com os objetos no seu mundo vivencial, sua relação sujeito-objeto, é observada através de conceitos tais como opiniões, atitudes, sentimentos, explicações, estereótipos, crenças, identidades, ideologias, discurso, cosmovisões, hábitos e práticas. [...] As representações são relações sujeito-objeto particulares, ligadas a um meio social. O pesquisador qualitativo quer entender diferentes ambientes sociais no espaço social, tipificando estratos sociais e funções, ou combinações deles, juntamente com representações específicas (BAUER & AARTS, 2007, p.57).

Neste sentido, o trabalho de iniciação científica desenvolvido com os estudantes do nono ano do CA/UFSC oportuniza novos caminhos para o desenvolvimento coletivo do conhecimento, na busca da construção de estradas do saber, que podem ser traçadas por diferentes percursos metodológicos. Tais percursos são orientados pelos professores das distintas áreas (humanas, linguagens, exatas e da natureza) em um trabalho interdisciplinar, que vem possibilitando a iniciação científica entre jovens estudantes de uma escola pública.

As viagens de campo, feitas com estes estudantes para o desenvolvimento de suas pesquisas, possibilitam o encontro face a face entre estudantes/pesquisadores e os grupos de pessoas e/ou os espaços pesquisados, oportunizando um intercâmbio de subjetividades. As premissas epistemológicas discutidas neste ensaio

são problematizadas com os/as estudantes do nono ano, buscando as mediações necessárias, para que eles possam compreender a relação entre as teorias e as pesquisas escolares por eles/elas desenvolvidas. Desta forma, o projeto Pés na Estrada do Conhecimento vem realizando um trabalho de iniciação dos jovens à ciência nos últimos 20 anos e tenho a gratidão de fazer parte deste grupo de professores/idealizadores desde o ano de 2011.

Referências

- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BERGER, P. LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____ (coord). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003, p.159 – 166.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 9.ed. trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. (orgs.) **Escritos de educação**. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. 2.ed. trad. Ruth Joffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. José Albertino Rodrigues (org). – 9ª ed. 8ª reimp. – São Paulo: Ática, 2005.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. vol.1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994b.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3.ed. Curitiba: Positivo, 2004.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.) **Teoria social hoje**. trad. Gilson César C. De Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.

HERITAGE, J. C. Etnometodologia. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.) **Teoria social hoje**. trad. Gilson César C. De Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.

JOAS, H. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.) **Teoria social hoje**. trad. Gilson César C. De Sousa. São Paulo: UNESP, 1999.

ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. **Coleção os grandes pensadores**. São Paulo: Ática, 1983.

THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista RAP**. Rio de Janeiro, n.40 (1), jan./fev., 2006, pp.27-55.